

CAPÍTULO 13

D E S E N V O L V I M E N T O E D E M O C R A C I A

HELIO JAGUARIBE E OS PRIMEIROS ANOS DO ISEB

*O otimista pode até errar na caminhada,  
mas o pessimista já começa errado.*

JUSCELINO KUBITSCHKEK

*A ideologia do desenvolvimento só pode ser concebida em culturas  
que possuem, entre suas idéias-força, a propensão para  
o domínio do mundo, dentro de uma cosmovisão  
racional, mediante a sua  
configuração a serviço do homem.*

HELIO JAGUARIBE

Quem acompanhou as circunstâncias em que Juscelino Kubitschek (1902-1976) subiu à presidência da República em 1956 teria dificuldade para prever o êxito que alcançou em seu governo. Naqueles anos, talvez o único a acreditar nisso fosse o próprio Kubitschek, que foi eleito prometendo um governo que realizaria “cinquenta anos em cinco”. O otimismo do candidato estava em aberto contraste com um cenário de crise institucional e de tentativas de golpe de Estado. Um otimismo que permaneceu vivo na memória nacional como um facho de luz no meio das sombras de uma conturbada história política.

Médico de profissão, Kubitschek entrou na política em 1933, como secretário de governo de Benedito Valadares (1892-1973), recém-nomeado por Getúlio Vargas interventor federal em Minas Gerais. Foi deputado federal em 1934, nomeado em 1940 prefeito de Belo Horizonte, deputado constituinte em 1946. Elegeu-se governador de Minas Gerais em 1950. Eleito presidente da República em 1955, Juscelino Kubitschek transferiu para o país a aura otimista de sua campanha eleitoral. Seguindo, com algumas modificações, a rota de Getúlio Vargas desde 1930, Kubitschek deixou definitivamente para trás o país agrário que o Brasil ainda era em meados dos anos 1950.

Herdeiro de tendências que vêm desde os anos 1930 e 1940 e das novas idéias econômicas da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), o nacionalismo político e econômico ocupou um lugar central no debate ideológico dos anos 1950. A partir de meados da década, enriquecido com as influências do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tornou-se uma linguagem política dominante no cenário brasileiro. Talvez se possa dizer que, no segundo governo Vargas (1950-1954) e no governo Kubitschek (1955-1960), a influência da ideologia nacionalista equilibrou-se dentro de uma política cujo eixo central era dado pela noção do “desenvolvimento”.

Naqueles governos, o nacionalismo estaria enquadrado em uma concepção “desenvolvimentista” que envolvia a noção de um crescimento econômico voltado para o mercado interno, com características de autonomia nacional e distributivismo social. Como ideologia, o nacionalismo tornou-se mais importante no governo Goulart (1961-1964), estimulando uma radicalização política que alcançaria seu ponto extremo às vésperas do golpe de Estado de 1964.

### Instituições da política e da ideologia

Como bem observou Celso Furtado em *A fantasia organizada*, os temas da industrialização e do desenvolvimento passariam a ocupar espaços políticos crescentes no segundo após guerra, tanto no Brasil como em outros países da América Latina. Estava à vista de todos a destruição causada pela guerra na Europa, uma devastação que a muitos ocorria comparar com a América Latina, conhecida pela pobreza e pelas insuficiências do crescimento econômico. Não por acaso, havia no Brasil quem pretendesse um plano de desenvolvimento, a exemplo das políticas de recuperação propostas pelo Plano Marshall na Europa.<sup>1</sup>

Os anos do pós-guerra consolidaram no Brasil uma preocupação com a industrialização que vinha desde os anos 1930, quando as políticas de Vargas conduziram, empiricamente, pedaço a pedaço, nos espaços criados pela crise da agricultura de exportação, a uma ampliação do mercado interno e ao início do que depois se chamaria de “política de substituição de importações”. São do entreguerras iniciativas governamentais que levaram à criação de empresas públicas como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale

1. FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; e CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa. Memórias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, 2 v.

do Rio Doce. Quase ao mesmo tempo, desenvolviam-se políticas semelhantes em outras partes de América Latina: no México, o governo Cárdenas chegou à formação de um monopólio estatal do petróleo; no Chile, a Corporação de Fomento e Crédito (CORFO) dava exemplo, desde os anos 1930, de uma instituição de financiamento da industrialização.

Não obstante os desvios e recuos do governo Dutra (1945-1950), permaneceram no segundo governo Vargas (1951-1954) empresas públicas e instituições de Estado criadas em seu primeiro período (1930-1945). Entre essas instituições de Estado, Furtado menciona o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), que, inspirado em similares americanos, combinava áreas de estudos econômicos com outras destinadas a estudos administrativos. Permaneceram também no mundo empresarial, além da influência de Roberto Simonsen (1889-1948), as expectativas de pessoas que se habituaram, durante o Estado Novo, a tratar com o Estado os temas de interesse da indústria. Acresce observar que depois de 1947 o clima da “guerra fria”, embora mantendo dentro do país uma atmosfera de compressão política, preservou também certa continuidade das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos, algo no espírito da “política da boa vizinhança” de Roosevelt. Alguns planos econômicos surgiram no governo Dutra, como o Plano SALTE e a Missão Abincque. Segundo Furtado, esses planos foram de menor eficácia do que os entendimentos anteriores do período Roosevelt-Vargas, mas prenunciavam possibilidades futuras.<sup>2</sup>

Nessas circunstâncias, as idéias sobre a industrialização e o desenvolvimento nos anos 1950 – durante o segundo governo Vargas e durante o governo Kubitschek – encontrarão seus principais porta-vozes em instituições que, em sentido genérico, poderiam ser designadas como agências de Estado. Algumas dessas instituições eram de caráter internacional, como a CEPAL, formada no início de 1948, em Santiago do Chile, a partir de proposta do governo chileno. Da CEPAL participou, quase desde o início, Celso Furtado (1920-2004), que lá chegou pouco antes de Raúl Prebisch (1901-1986), principal líder da nova instituição e de uma nova corrente de pensamento econômico de influência geral em toda a América Latina. Outras dessas agências de Estado tiveram um caráter binacional, como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Foi criada em 1949, no fim do governo Dutra, e prosseguiu suas atividades no segundo governo Vargas, com influência maior do que o Plano SALTE e a Missão

2. FURTADO, op. cit, p. 43-44.

Abincque. Foi da Comissão Mista que surgiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, sob a liderança de Roberto Campos (1917-2001).

Na pesquisa das linhagens que conduzem ao desenvolvimentismo e ao nacionalismo dos anos 1950 há que considerar ainda a obra precursora de Roberto Simonsen (1889-1948), nos anos 1930 e 1940, como empresário, político e intelectual. Do outro lado do campo de debate das idéias estava Eugênio Gudin (1886-1986), com quem Simonsen manteve célebre polêmica. Gudin foi o líder da tendência liberal que criticava uma industrialização que considerava “artificial”, pois de seu ponto de vista o Brasil era um “país com vocação agrícola” e, de certo modo, estaria destinado a ser um “país essencialmente agrícola”.

Roberto Simonsen iniciou-se na política junto ao integralismo, em 1931, do qual se afastou por divergências com o anti-semitismo de alguns de seus membros, vindo a ser eleito deputado federal em 1934 e senador em 1945. Foi, porém, no campo empresarial que alcançou renome, como presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Dedicou-se ainda às atividades intelectuais, como um dos fundadores da Escola de Sociologia e Política, em São Paulo, na qual ministrou cursos sobre economia. Deixou diversos estudos e livros sobre aspectos sociais e econômicos da sociedade brasileira, entre os quais uma *História econômica do Brasil*, escrita em 1937, com base num curso professado naquela escola, que permanece até hoje uma referência nos estudos da área. Em reunião de 1947, um ano antes de falecer, defendeu no Conselho Inter-Americano de Comércio e Produção a tese de um Plano Marshall para a América Latina.

### Helio Jaguaribe e o ISEB

O ISEB foi a instituição de maior presença ideológica no momento histórico que se abriu com o governo Kubitschek. Criado em 1955 por iniciativa de Helio Jaguaribe (n. 1923), seu primeiro presidente foi Roland Corbisier (1914-2005). A primeira etapa do novo instituto terminou em 1958, em meio a uma crise suscitada pelas críticas de Guerreiro Ramos ao livro *Nacionalismo na atualidade brasileira*, de Helio Jaguaribe.<sup>3</sup> Na ocasião, Jaguaribe e Guerreiro saíram do ISEB, permanecendo Corbisier, que transferiu a presidência, a par-

3. JAGUARIBE, Helio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958.

tir de 1959, a Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). Iniciava-se a segunda fase do ISEB, que se caracterizaria por uma crescente inclinação à esquerda até 1964, quando ocorreu o golpe militar.<sup>4</sup>

O regime militar parece haver dado pouca atenção às divergências internas do instituto, entendidas, provavelmente, como excessos de sutileza entre intelectuais. Considerando todos como inimigos, cassou os direitos políticos dos fundadores e líderes do ISEB, os quais, mais cedo ou mais tarde, acabaram saindo do país, como refugiados ou como exilados. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Guerreiro e com Jaguaribe, ambos acolhidos por universidades americanas. Vieira Pinto exilou-se no Chile, onde foi se juntar a outros intelectuais brasileiros que ali se encontravam refugiados.<sup>5</sup>

É de 1947, no Rio de Janeiro, a primeira iniciativa de Helio Jaguaribe reunindo intelectuais que depois formariam o ISEB. Naquele ano, Jaguaribe organizou a participação de alguns intelectuais numa página de debates sobre assuntos do país, no *Jornal do Commercio*, contando com o apoio de Augusto Frederico Schmidt (1906-1965), diplomata, poeta e editor e representante do Brasil na ONU, durante o governo Kubitschek. A iniciativa de Jaguaribe se desdobrou num esforço para reunir intelectuais do Rio e de São Paulo em Itatiaia, um lugarejo de montanha escolhido simbolicamente entre as duas maiores cidades do país. O “grupo de Itatiaia” deu origem, em 1952, ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), cuja principal atividade, até 1956, foi a publicação da revista *Cadernos do Nosso Tempo*.

A transformação do IBESP no ISEB se deu em 1955. O IBESP teve, porém, algum tempo de sobrevida: o último número dos *Cadernos do Nosso Tempo*, de inícios de 1956, traz uma ampla análise das perspectivas do governo Kubitschek e, mais importante, um amplo ensaio, “Para uma política nacional de desenvolvimento”, que antecipou muitos dos temas do ISEB e até mesmo do

4. O grupo do ISEB era formado por colegas e amigos, não obstante as divergências que deveriam crescer e que terminaram por separá-los na política. Em 1954, em entrevista sob o título “Guerreiro Ramos e a descida aos infernos”, Guerreiro revelou à revista *Marco* (n. 4, 1954) dois dos seus “mais amáveis projetos”: escrever “a história secreta de Abdias do Nascimento” e a biografia de Helio Jaguaribe. “Com o segundo projeto, pretendo fixar a fisionomia dinâmica de um pedagogo, fixar um momento importante da evolução cultural do Brasil, quando uma vida humana se faz matéria em que um determinado ‘tempo’ histórico impregna o seu sentido (...)”. RAMOS, *Introdução crítica à sociologia brasileira*, cit., p. 267.

5. São muitos os estudos contendo informações sobre as origens do ISEB. Apóio-me aqui nas minhas conversas com Helio Jaguaribe, bem como na leitura de “O Negro como lugar”, introdução de Joel Rufino dos Santos a RAMOS, op. cit., p. 19-31, e em PÉCAUT, *Os intelectuais e a política no Brasil*, cit., que resume ampla literatura a respeito.

Plano de Metas.<sup>6</sup> Nascia assim em direta continuidade com a pequena instituição privada de intelectuais uma instituição de Estado, também pequena de início, mas destinada a uma grande influência intelectual. A mudança teve início em 1954 em conversações entre Helio Jaguaribe e Lourival Fontes (1899-1967), importante assessor do governo Vargas. Mas a nova instituição surgiu apenas no ano seguinte, junto ao Ministério da Educação, então sob a direção de Cândido Mota Filho (1897-1977), por ato do presidente Café Filho (1899-1970), vice-presidente da República que governou o país por alguns meses depois da morte de Vargas. Os cursos do ISEB – que, assim como as publicações, tiveram grande êxito – começaram a funcionar depois da posse de Juscelino Kubitschek na Presidência.

As biografias políticas de alguns dos fundadores do novo instituto podem ser tidas como expressivas de uma continuidade de temas e perspectivas intelectuais que vêm dos anos 1920 e 1930, e mesmo de antes. Helio Jaguaribe, Candido Mendes de Almeida e Ewaldo Correia Lima vinham de origens católicas e evoluiriam para posições próximas da social-democracia. Outros, como Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto, foram militantes do movimento integralista, que, porém, deixaram como uma página virada dos anos 1930. Caminhariam, não obstante as origens integralistas, para posições radicais de esquerda, diferentemente daqueles que, de origem católica, evoluiriam para a centro-esquerda. O historiador Nelson Werneck Sodré (1911-1999), então coronel do exército e membro do Partido Comunista, ingressou no ISEB já no início, não como fundador, mas como um dos seus participantes efetivos.

Procurando buscar, com maior ou menor intensidade, caminhos pela esquerda, o ISEB mostrou, na diversidade ideológica dos seus fundadores, uma visível propensão ao pluralismo. Além dos nomes do seu núcleo dirigente, assinaram a sua ata de fundação o sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), o educador Anísio Teixeira (1900-1971), o economista Roberto Campos (1917-2001), o advogado San Tiago Dantas (1911-1964), o jurista Miguel Reale (n. 1910), o historiador José Honório Rodrigues (1913-1987), os escritores Paulo Duarte (1899-1984) e Sérgio Milliet (1898-1966).

Com nomes de grande projeção, a nominata dos fundadores do ISEB evidencia a preocupação dos seus líderes em estimular a participação de intelec-

6. *Cadernos do Nosso Tempo*, janeiro/março de 1956, p. 47-189.

tuais do Rio, de São Paulo e de outras partes do país. Também mostra um cuidado com a representação de diversas especialidades no campo das ciências humanas, com a presença maior de sociólogos, economistas, filósofos e juristas. Muitos desses fundadores tiveram, porém, uma participação apenas lateral, em alguns casos meramente simbólica. A diversidade de idéias, regiões e especialidades acadêmicas em torno de um tema comum – o desenvolvimento – sugeriu a um historiador a imagem bem-humorada de que o ISEB dos começos era uma espécie de “salada desenvolvimentista”.

Essa propensão ao pluralismo refletia o clima democrático que caracterizaria o governo Juscelino Kubitschek, não obstante as turbulências e instabilidades que o precederam. Mudara em muito o cenário político brasileiro de após a queda da ditadura, em 1945, esmaecendo as velhas paixões políticas dos anos 1930. Daqueles anos de conflito aberto entre esquerda e direita, ficaram, em meados da década de 1950, temas intelectuais que se revelaram capazes de conquistar adesões independentes de vinculações políticas imediatas. Ao contrário da atmosfera dos anos 1920 e 1930, marcada pelos inevitáveis constrangimentos de um quadro político de crescente autoritarismo, o decênio de 1950 propiciou aos velhos temas a oportunidade de novos debates, num contexto democrático que se pretendia duradouro. Tendo surgido nos inícios da crise do Brasil agrário, achavam-se agora reforçados por décadas de urbanização, industrialização e crescimento do Estado para se tornar as principais orientações do debate público à volta da industrialização e do desenvolvimento em uma fase de entusiástica afirmação nacionalista no país.

### **Historicismo e culturalismo**

A continuidade do ISEB com a temática intelectual dos anos 1920 e 1930 foi percebida e proclamada por vários dentre seus fundadores. Helio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Roland Corbisier insistiram, em alguns de seus escritos, no reconhecimento de filiações temáticas que os fazem representativos do historicismo e do culturalismo que vinham das primeiras décadas do século XX. Guerreiro Ramos, que se dedicou a estudos críticos sobre a sociologia brasileira, insistiu no caráter precursor de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana. Sem impedir-se de lhes fazer reparos e críticas, reconheceu nesses autores as origens de um pensamento capaz de escapar dos modismos estrangeiros para pensar o Brasil em seus próprios termos. Viria deles a raiz – que Guerreiro faz retroagir até o Império, na figura de Paulino José de Sousa, visconde do

Uruguai<sup>7</sup> – de uma capacidade brasileira de pensar a nação com autonomia que se tornou pedra de toque do pensamento do ISEB, a primeira e mais fundamental de suas ambicionadas virtudes.

É o que se depreende também de uma crítica de Roland Corbisier aos intelectuais de fins do século XIX até os anos 1920. Seria aquela uma “inteligência brasileira (que) transita de uma visão ufanista e otimista do Brasil para uma visão pessimista e quase desesperada, como se o problema, ou melhor, a missão da nossa inteligência não fosse a de conhecer e de compreender o país, mas a de exaltá-lo nos panegíricos ou denegri-lo nos requisitórios”. Nessa crítica do passado, Corbisier, assim como Guerreiro, abriu exceções para José Veríssimo (1857-1916), Sílvio Romero, Alberto Torres, Euclides da Cunha e Oliveira Viana, considerando-os, porém, “figuras isoladas que não chegaram a fundar escola e a influir na vida do país”.<sup>8</sup>

Mais do que a revisão do passado, porém, o ISEB queria afirmar o primado da ideologia nacionalista no presente. Pretendia – e numa certa escala conseguiu – aquilo que teria faltado aos seus precursores: criar uma ideologia do desenvolvimento, fundar escola, influenciar a vida do país. Isso exigia um acerto de contas com as heranças de um passado, no qual o período colonial, de três séculos e meio, ocuparia o lugar central. Exigia também acertar contas com uma tradição intelectual que tentaria transpor mecanicamente para a realidade brasileira modelos estrangeiros, em geral europeus e norte-americanos.

Como seus precursores, os isebianos foram representativos de uma época intelectual impregnada de historicismo e de culturalismo. Algo de uma sensibilidade semelhante se prenunciava, não obstante pretendidas adesões positivistas e cientificistas, em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, que comoveram as elites brasileiras de inícios do século XX pela “narrativa sincera” de uma guerra de brasileiros contra brasileiros, e pela força de verdade que transmitia o autor engajado no seu mundo. Essa sensibilidade aberta às urgências da história presente ressurgiu, depois de Euclides, em Oliveira Viana, não obstante

7. RAMOS, *Introdução crítica à sociologia brasileira*, cit., p. 176 e seguintes. Ver também o prefácio do autor a *O problema nacional do Brasil*, cit., no qual o autor declara haver dado esse título ao livro “com plena consciência de que ele vai situar-se na tradição de sociologia militante no país, que vem desde o Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza, até Oliveira Viana, passando por Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres. (...) O presente livro, como o de Alberto Torres, é uma tentativa de utilizar a ciência social como instrumento de organização da sociedade brasileira”.

8. CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958. p. 41; conferência feita em 1955 no curso do ISEB de “Introdução aos problemas do Brasil”.

o cientificismo ainda presente em muitas de suas obras, e se tornou vitoriosa nas obras de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Mais do que meras veleidades intelectuais, o historicismo e o culturalismo se afirmaram como tendências da cultura do Brasil do século XX. Nos anos 1960 e 1970, variantes desses estilos intelectuais contribuíram para a radicalização da atmosfera política que antecedeu ao regime militar. Dos dois lados da batalha das idéias sentia-se a urgência do tempo. Falava-se por toda parte a linguagem da revolução, qualquer que fosse o significado que cada qual atribuísse a essa palavra, à esquerda e à direita do espectro político.

### Fissuras no mundo das crenças

Os fundadores do ISEB reconheceram com muita clareza as condições intelectuais da época em que foram chamados a atuar. Em *Filosofia no Brasil*, de 1952, disse Helio Jaguaribe que, com exceção do neokantismo e do neotomismo, a filosofia contemporânea se caracterizava por uma radical modificação da perspectiva naturalista.<sup>9</sup> No Brasil, essa mudança teria envolvido, a partir de inícios do século XX, as mais diversas escolas de pensamento, entre as quais a católica, de Jackson de Figueiredo (1891-1928), que, politicamente, lançaria as bases de “uma ideologia anti-individualista e corporativista que iria resultar no movimento integralista”.

Jaguaribe observou ainda que Alceu de Amoroso Lima, cujo neotomismo reconheceu como importante para o aprimoramento teórico do pensamento católico, acabou cedendo campo ao culturalismo e ao existencialismo. Era todo um mundo de idéias em mudança, algumas das quais alcançando os esforços de síntese entre o existencialismo e o culturalismo de Miguel Reale e do heideggeriano Vicente Ferreira da Silva (1916-1963). Essas influências chegaram ao ISEB por meio de diversos autores, entre os quais Roland Corbisier, que nos primeiros anos da instituição procurava a “base de uma cosmovisão existencial-culturalista, (para) interpretar a cultura e a vida brasileiras”. Helio Jaguaribe assinala que, em contraste com velhas tradições intelectuais brasileiras, uma das novidades do ISEB foi ter trazido ao primeiro plano do debate intelectual idéias de origem germânica, mais do que as de origem francesa dos intelectuais do passado. Terá sido talvez uma

9. JAGUARIBE, Helio. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957. p. 46. Esse texto foi publicado em outubro de 1952 no *Jornal do Commercio*, e depois incluído em volume sob o título *Aspectos da formação e evolução do Brasil*, publicado por aquele jornal na celebração dos seus 125 anos.

ampliação desse fascínio pela cultura alemã que, embora sempre menor que o deslumbramento pela França, vem desde o século XIX, com Tobias Barreto e Sílvio Romero, seu continuador.<sup>10</sup>

A influência alemã pode ser reconhecida também, antes do ISEB, em Gilberto Freyre, um discípulo de Franz Boas, em Caio Prado Jr., um seguidor de Karl Marx, e em Sérgio Buarque de Holanda, que estudou na Alemanha da época da República de Weimar, de onde trouxe uma metodologia nitidamente weberiana. Essa presença da cultura alemã é, certamente, um traço característico do próprio Jaguaribe, que trouxe ao ISEB influências de Max Weber e Ortega y Gasset (1883-1955), bem como do culturalismo de Windelband (1848-1915) e Rickert (1863-1936).

Para Jaguaribe, “apenas após a elaboração das teorias relacionadas com o historicismo e o culturalismo, em meados do século passado, organizaram-se instrumentos teóricos que permitiam alcançar na ciência política a objetividade que as ciências culturais já haviam atingido em outros setores”. Seriam, pois, aquelas perspectivas intelectuais as que permitiriam ao filósofo na crise do século XX “suprir com idéias às fissuras que se abrem no mundo das crenças”. Seguindo os passos de Ortega y Gasset, dizia Jaguaribe que se impunha ao homem interrogar-se sobre quem era nesse tempo em que sentia perder valor “o que antes era valioso”. Impor-se-ia ao filósofo interrogar a realidade em que vivia, num ato de liberdade que buscava novas idéias que restaurassem o sistema das crenças. A filosofia era a fundamentação das crenças, decorrente de uma reflexão sobre a realidade e sobre as próprias crenças.<sup>11</sup>

É claro que Jaguaribe descrevia a crise das idéias do século XX a partir da observação da Europa. Mas sua preocupação maior era o Brasil, que, dizia ele, participava da crise ocidental e, portanto, experimentava “a necessidade de rever suas crenças e de elaborar uma resposta para os impasses da vida contemporânea”.

Podem-se acrescentar, também nos anos 1950, mas de certo modo à margem do caso do ISEB, exemplos dessa mesma sensibilidade historicista e culturalista que buscaram inspirar-se em contextos intelectuais e políticos de outra linhagem. Alguns deles em oposição aos isebianos, como Florestan Fernandes (1920-1995), que, em nome da ciência, repudiava o cientificismo. Pre-

10. Ver JAGUARIBE, *A filosofia no Brasil*, cit., p. 32.

11. *Ibidem*, p. 12.

tendendo afirmar-se como cientista, desejava construir uma sociologia inspirada no funcionalismo de Émile Durkheim (1858-1917) e Robert King Merton (1910-2003). Recusava-se a aderir às teorias do culturalismo e do historicismo, e não esquecia suas críticas aos isebianos no plano da política e da ideologia. Isso, porém, não o impediu, impulsionado por um mesmo sentimento das urgências históricas, de aderir em meados dos anos 1960 a um marxismo cada vez mais político e ideológico.

Talvez se possa dizer que, na maré montante do culturalismo e do historicismo, a grande exceção foi Caio Prado Jr., que, não obstante seus ensaios políticos (em especial *Revolução brasileira*), permaneceu ligado a um marxismo de caráter sistemático e às análises de infra-estrutura. Marxistas mais jovens, porém, nos anos 1960, deixaram-se seduzir pelas idéias do marxista húngaro Giorgi Luckács (1885-1971) e do filósofo existencialista Jean-Paul Sartre (1905-1980). Era meio caminho andado para a atmosfera culturalista e historicista predominante em outras opções políticas e que, na esquerda, reaparecerá nos anos 1970, nas linhas do marxismo historicista, inspirado, sobretudo, em Antonio Gramsci (1891-1937).

### **Economia e poder**

Embora nos primeiros anos da década de 1950 Jaguaribe estivesse mais voltado para as questões da filosofia e da cultura, já se pode observar nele o cuidado, que se tornaria crescente entre os isebianos, com os fenômenos da economia e do poder. Ele considerava que o crescimento das cidades e a expansão da indústria, resultante da desagregação da economia rural baseada no latifúndio, tornaria insustentável o “descompasso” entre as necessidades sociais e culturais do país e as possibilidades das forças tradicionais.

Esse diagnóstico, que merecerá desenvolvimentos ulteriores em *Onacionalismo na atualidade brasileira*, não diminuía, porém, a relevância da cultura na análise do autor sobre a história do país. Sem perder de vista as mudanças econômico-sociais, Jaguaribe descrevia, como já o dissemos, um cenário de crise da cultura. Entendia, por exemplo, que a literatura morreria nos anos 1940 e nada teria restado que lhe tomasse o lugar. Morria o literarismo e o verbalismo, mas, como a intelectualidade continuava bacharelesca, a crise “se manifesta pelo silêncio que reina nos meios intelectuais”. Daí que haveria que criar uma “literatura de idéias, apta a responder às grandes questões que pairam irresolvidas”. Haveria que buscar o caminho para a “fundação de uma cultura brasileira, herdeira da européia, integrada no

espírito ocidental, mas vinculada à realidade do Brasil e representativa de suas necessidades".<sup>12</sup>

Na crise dos valores, advertia Jaguaribe, surgia a necessidade da formação de uma nova classe dirigente. Se os intelectuais permaneciam em silêncio, as elites econômicas e políticas teriam atingido "o clímax de sua inépcia". Formar uma nova classe dirigente seria uma tarefa de urgência, que se colocava em face de dois riscos a evitar. A formação de novos dirigentes deveria ocorrer "a tempo de evitar que a situação internacional" se modificasse "com a afirmação de uma hegemonia mundial". Considerando favorável ao país a circunstância de um mundo dividido entre os EUA e a URSS, Jaguaribe entendia que, se viesse a se afirmar a hegemonia mundial de um único centro de poder, o país estaria subordinado, "no presente estado de subdesenvolvimento", "seja qual for o bloco vencedor, à condição de terra colonial, a serviço da força dominante".<sup>13</sup>

Haveria ainda um segundo risco que a formação de uma nova classe dirigente deveria evitar. Era o risco de "que a crise econômico-social do país desencadeie uma revolução do primarismo". Na situação social em que se achava o país, não estava excluída a possibilidade de assistirmos "à irrupção avassaladora do primarismo nacional que destruirá o pouco que se logrou edificar, no curso do tempo, como cultura e como civilização". A filosofia, "como resposta da liberdade à crise das crenças e como autoconsciência da cultura" tem a missão de construir "as bases ideais" para a conquista "de um destino superior para a comunidade brasileira".

Que a aproximação dos isebianos à economia tenha sido feita pelos caminhos da cultura constitui, precisamente, um traço peculiar de sua concepção da história. Assim como desejavam para o futuro uma economia impregnada de cultura, também viam impregnados de cultura o presente e o passado. Se Helio Jaguaribe percebia raízes econômicas da crise dos valores, isso não significa que visse na economia algo de exterior aos valores. Para ele, cultura e economia seriam mundos que se comunicam, em "um processo social de caráter global", "condicionado, entre outros fatores, pelas crenças substantivas e adjetivas de uma comunidade". Assim como "há culturas que não conduzem a uma transformação qualitativa deliberada do contexto econômico", a ideologia do desenvolvimento só pode ser concebida em culturas "que possuem, entre suas idéias-força, a propensão para o domínio do mundo, dentro

12. *Ibidem*, p. 50-51.

13. *Ibidem*, p. 50-51.

de uma cosmovisão racional, mediante a sua configuração a serviço do homem".<sup>14</sup> Nesse espírito, o ISEB pôde conceber o desenvolvimento como um crescimento orientado por um projeto nacional autônomo e intrínseco ao próprio crescimento.

### Ideologia e história

Nos primeiros anos, Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos caminhavam no mesmo sentido, embora em disciplinas diferentes. Guerreiro queria para o "pensamento sociológico" uma transformação similar à da observada na CEPAL, que "busca tornar a política e o pensamento econômicos dos países latino-americanos fatores operativos do seu desenvolvimento". Entusiasta da CEPAL e de Raúl Prebisch, Guerreiro queria para o pensamento sociológico uma capacidade de intervenção na realidade semelhante à que via no pensamento econômico.<sup>15</sup> Queria a unidade da teoria e da prática. O que, de certo modo, o ISEB produziu, influenciando a ação de parte das elites e do Estado sobre a sociedade.

Essa influência, mais visível na área da economia, esteve presente também na sociedade, não apenas por meio de instituições políticas, mas, sobretudo, de instituições culturais. Foram diretamente influenciados pelo ISEB os Centros Populares de Cultura (CPC), a União Nacional de Estudantes (UNE) e os movimentos de educação, em especial os ligados à Igreja, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e os movimentos educativos ligados ao "método Paulo Freire".

Cabe observar, porém, que em Guerreiro Ramos a economia aparecia mais como um bom exemplo daquilo que ele, sociólogo, desejava como política de intervenção na sociedade do que como um dos elementos de explicação das condições da crise da cultura e da política. Embora os isebianos tivessem, em geral, uma tendência a ampliar o lugar da vontade na política, Guerreiro Ramos parecia exigir da vontade política mais do que Helio Jaguaribe e Roland Corbisier já o faziam. Falando, por exemplo, da formação da nação brasileira, Guerreiro Ramos dizia que, diferentemente da Europa, onde as nacionalidades se formaram através de milênios de história, aqui o "problema nacional" só passou a existir depois da Independência.

14. JAGUARIBE, Helio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Conferências pronunciadas no Clube de Engenharia em junho de 1957. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957. p. 37.

15. Ver: SANTOS, Joel Rufino dos. O negro como lugar. In: RAMOS, *Introdução crítica à sociologia brasileira*, cit., p. 19-31.

Com tal afirmação ele queria dizer que aqui o “problema nacional” era mais recente e, além disso, constituído pela vontade do Estado. Guerreiro Ramos entendia que, no Brasil, o Estado formou-se antes da nação, e esta por vontade daquele. Subestimava uma herança histórica, e cultural, de três séculos, uma longa experiência que, se não podia formar um Estado, plasmou alguns elementos sociais e culturais decisivos para a formação da nacionalidade, entre os quais a mestiçagem de brancos, índios e negros, a sensibilidade religiosa católica e a unidade de idioma. Passava por alto uma longa experiência histórica e cultural – a colônia – que outros isebianos examinaram com cuidado.

Para Roland Corbisier, a colônia foi um “fenômeno social total”, uma “situação global, que afeta e tinge de um colorido específico todos os ingredientes que a constituem”. Ele nos fala também de um “complexo colonial” em que tudo se ligava, e no qual a “alienação” foi o traço característico. Corbisier, que, entre os isebianos da primeira fase, era o mais propenso à filosofia, falava da colônia como de um “instrumento”, no sentido atribuído a essa palavra por Heidegger (1889-1976). Ou de um escravo, acompanhando a célebre dialética do senhor e do escravo, de Hegel (1770-1831). Era um “instrumento”, no sentido heideggeriano, não tinha finalidade em si, sua finalidade pertencia a outrem. E, como o escravo, não tinha nada que lhe pertencesse.

Peculiar à colônia é que não era dona de si nem de seu destino, que, ambos, pertenciam à metrópole. Não obstante a linguagem filosófica e a relevância que Corbisier concede aos aspectos culturais, ele não se esquece de observar que, no “complexo colonial”, o “principal ingrediente” era a “dependência econômica”. Era, pois, essencialmente diferente da nação, que incluía “entre os seus traços ou ingredientes constitutivos – além do território, da língua e da psicologia comuns – a infra-estrutura própria e a coesão da sua economia”. A nação incluía uma dimensão econômica, um “arcabouço”; “sem essa ossatura econômica não há nação”.<sup>16</sup>

É em sua teoria da passagem da colônia à nação que a consciência e a cultura retomam todo seu significado. Diz Corbisier que, no colonialismo, como no escravismo, o ponto frágil da dominação é a ideologia. Assim como na escravidão, também no colonialismo a crença na superioridade de raça e de cultura inclui-se entre os valores que buscam justificar o domínio na consciência do colonizador. Mas essa crença convive mal com um princípio que também se encontra na ideologia do colonizador, que é “a tese democrática da

16. CORBISIER, op. cit., p. 65.

igualdade fundamental dos homens”. Uma “tese democrática” que, cabe acrescentar, tanto na colônia quanto na escravidão, só poderia ter uma origem religiosa, ou seja, uma origem no catolicismo vigente nas empreitadas ibéricas na América. Nessa contradição intrínseca da ideologia do escravocrata encontra Corbisier “o gérmen que irá provocar e justificar a revolta do escravo”. Assim também no colonialismo: é na consciência dos colonizadores que se encontra o ponto frágil do sistema de dominação.

### Da colônia à nação: o Estado cartorial

Helio Jaguaribe, em uma conferência de 1957, oferece uma presença mais concreta do pensamento econômico na sociologia e na ciência política. Combinando sua visão política e social com a perspectiva econômica aberta por Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, Jaguaribe viu as preliminares da grande mudança dos anos 1930 na lei de repressão ao tráfico de escravos (1850) e, depois, na lei da abolição da escravatura (1888). Ambas estimularam uma reorientação da economia, que, a partir da crise de 1929, tomaria escala na direção do mercado interno, gerando as primeiras condições para a transferência para dentro do país do centro dinâmico da economia.

As mudanças que sobrevieram a 1850, liberando capitais até então empenhados no tráfico negreiro, seriam reforçadas, a partir da Abolição e da imigração estrangeira, com o início da formação de um mercado de trabalho livre. Jaguaribe consideraria ainda as dificuldades de importação causadas pelas guerras de 1914-1918 e de 1939-1945, acompanhadas das crises cambiais de 1920 e 1940. Foi no contexto criado pelo conjunto dessas mudanças e condições históricas que a indústria passou a substituir importações de bens de consumo e, depois, bens de produção. Foi, portanto, como resultado dessa longa história que “fomos compelidos a produzir internamente o que antes importávamos”.<sup>17</sup>

Depois de três séculos e meio de colônia, o Brasil ingressou em 1850 numa fase semicolonial que duraria quase um século, para só então entrar, a partir de 1930, em sua fase de desenvolvimento nacional. “O Brasil deixou, assim, de ser um país pura e simplesmente semicolonial, como havia sido até por volta dos anos 1930.” No plano da política e da cultura, essa longa história teria conduzido o país a uma auspiciosa coincidência dos interesses do proletariado, da burguesia industrial, do campesinato e da classe média, os quais teriam seus

17. JAGUARIBE, *Condições institucionais do desenvolvimento*, cit., p. 42.

interesses “representados pelo desenvolvimento. Somente são contrárias as velhas classes latifúndio-mercantis”, que, contudo, são classes minoritárias.

Jaguaribe descrevia, pois, um longo processo de diferenciação estrutural da sociedade brasileira. Mas assinalava também – e aqui, de novo, entram em cena os aspectos políticos e culturais – que as perspectivas abertas em meados da década de 1950 indicariam possibilidades, não certezas. Esse passado que gerara o desenvolvimento nos havia legado também pontos de estrangulamento que poderiam bloqueá-lo, assim como urgências sociais que poderiam abortá-lo. No plano político, entre tais pontos de estrangulamento estava a lentidão do Estado, amortecido pela política de clientela. Ao longo da história teríamos criado um Estado cartorial incapaz da ação dinamizadora que o desenvolvimento impunha.

Embora em 1930 o país estivesse nos umbrais do desenvolvimento, o Estado cartorial e a política de clientela acarretavam, entre suas conseqüências, uma “monstruosa deformação do serviço público”. A política de clientela, nascida da necessidade de atendimento a uma classe média que surgira como “subproduto” de uma urbanização que produzira cidades “infladas”, mas de escassa capacidade produtiva, subsistia apenas como um mecanismo de preservação do poder do latifúndio mercantil. Estabelecia-se, desse modo, “um divórcio crescente entre as forças que dinamizam o processo econômico e as que continuam manobrando a política de clientela e controlando o Estado”. “O dinamismo econômico é provocado pela burguesia nacional, pela burguesia industrial e pelos setores do Estado vinculados à empresa produtiva. (...) Todavia, o Estado cartorial continua manipulado pelas correntes que já não detêm o poder econômico, mas que continuam detendo o poder político.”<sup>18</sup>

### **Primado da ideologia**

Assim como Corbisiér fala da ideologia na passagem da colônia à nação, Jaguaribe afirma que os caminhos do desenvolvimento teriam que vir da “superação da política”. E esta dependeria, essencialmente, da ideologia, mais especificamente, da ideologia do desenvolvimento. É que, embora minoritárias, “as velhas classes latifúndio-mercantis” ainda eram predominantes na orientação da imprensa, e conservavam a possibilidade de determinar a composição do Congresso Nacional, pela manobra das clientelas. Tudo passaria a depender de que “a ação empreendedora dos homens, representativa do processo do

18. *Ibidem*, p. 22 e seguintes.

desenvolvimento, estabeleça contato com as grandes massas”. Na medida em que tal ocorresse “as formas de política clientelista tendem a ser desmascaradas pela própria ineficiência, e as formas de política ideológica a substituí-las, propendendo a organizar-se nova forma no Estado”.<sup>19</sup>

Era essa a possibilidade de desenvolvimento que Jaguaribe via aberta “no governo Juscelino Kubitschek”. Segundo dizia, foi esse “um governo que suscitou a adesão das grandes massas rurais e urbanas e assumiu o poder sob a bandeira do desenvolvimento econômico e da transformação econômica e social do país”. Era, porém, uma possibilidade, pois, a despeito de seus compromissos e intenções, “o governo se encontra em dificuldades para executar coerente e sistematicamente a sua política, dada a heterogeneidade das forças que compõem a maioria do Governo e do Congresso Nacional”. Os fatos da política, pondo “sob a rubrica comum do PSD e do PTB tanto as forças vinculadas ao desenvolvimento econômico como as forças a ele contrárias (...) inevitavelmente retiram dos partidos que compõem o Congresso a possibilidade de atuarem de modo coerente”.

A esses fatores políticos que percebia obstaculizando o desenvolvimento, Helio Jaguaribe acrescentava observações sobre a economia, por meio das quais abria uma ampla frente de divergência com alguns dos seus colegas isebianos. Seguindo Furtado, entendia que, na economia, “o principal problema (...) é o de expandir a nossa capacidade de poupar, inclusive mediante investimentos estrangeiros e orientar estes investimentos em uma linha que represente o máximo de essencialidade”. Essa perspectiva sugeria pontos de divergência que aparecerão, mais claramente, em seu livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, motivo do debate que abriu a crise isebiana de fins de 1958.

É certo que Jaguaribe insistia em que “a principal causa de estrangulamento do nosso desenvolvimento é o fato de não coincidir o processo de formação da poupança e de aplicação dos investimentos com as necessidades da população”. Mas parecia impossível a alguns isebianos, orientados por um nacionalismo radical, admitir que os investimentos estrangeiros cooperassem no processo de desenvolvimento. E era isso, não obstante, o que já começava a ocorrer, desde o início do governo Kubitschek, com a implantação da indústria automobilística.

No plano social, para Jaguaribe, os pontos de estrangulamento que embaraçavam o processo global do desenvolvimento brasileiro se encontrariam na

19. *Ibidem*, p. 31.

permanência de privilégios de classe, cuja influência se estenderia além da política de clientela. Ele caracterizava um parasitismo que afetaria os três principais estratos da sociedade: o proletariado, a classe média e a burguesia. Nesses segmentos sociais, precisamente os que poderiam formar uma ampla base de sustentação para a política de desenvolvimento, ele encontrava mecanismos “de enquistamento, de malthusianismo, de proteção a formas de produtividades extremamente baixas”. Exemplo disso estaria nos altos custos dos serviços dos portos, essenciais à exportação, indicando, de algum modo, a precariedade das bases sociais do projeto.

Diante de tais pontos de estrangulamento, a mobilização ideológica passaria a ser fundamental para a criação de condições de eficácia do Estado e do planejamento. A mobilização ideológica seria indispensável para que os diversos setores da sociedade “conciliem o seu próprio interesse com os objetivos do plano”. Tratar-se-ia, portanto, de ajustar a consciência das classes sociais a seus interesses reais, quais sejam os do desenvolvimento.

Tendo em conta que as ideologias que correspondem às necessidades situacionais da classe operária, da pequena-burguesia e da burguesia se entrosam na mesma necessidade, de conjunto, de promoção do desenvolvimento, “o problema que se apresenta é, essencialmente, um problema de educação e de organização ideológica. (...) Na medida em que a educação ideológica se torna consciente, configura-se a necessidade, de que não se apercebam as classes, de padronizar os comportamentos políticos em moldes que superam a barganha clientelista, organizando-se tais padrões segundo as grandes diretrizes da posição ideológica”. O que permitiria que o Estado, “a principal instituição nas condições do mundo contemporâneo”, passasse a funcionar de maneira eficaz, seja entendido como agente, seja como expressão do sistema de normas que disciplinam o procedimento social.<sup>20</sup>

### **Ideologia e pragmatismo: Celso Furtado e Roberto Campos**

Não se pode passar por alto, nos anos 1950, as distâncias que mantinham as idéias com as ações políticas em geral, em especial com as ações de governo. Precisamente por haver sido uma época em que as idéias alcançaram notável relevância, mais necessário se torna distinguir as diferenças entre as formulações dos ideólogos e aquelas que acabaram moldando as decisões dos políticos, bem como as dos técnicos que, dentro ou fora do Estado, implementa-

20. *Ibidem*, p. 38 e seguintes.

ram decisões cruciais para o desenvolvimento da economia. Porque eram diferentes as circunstâncias em que atuavam, teriam que ser diferentes as razões dos teóricos e dos práticos, embora todos imersos na atmosfera criada pelos debates entre as idéias nacionalistas emergentes e um liberalismo até então dominante.

O nacionalismo e o liberalismo não tinham, no começo dos anos 1950, no segundo governo Vargas, fronteiras tão nítidas como ao fim do governo Kubitschek e, em especial, no governo Goulart. Pode-se dizer que, naqueles primeiros anos, as ideologias foram mais importantes no discurso do que nas práticas de Estado. O impacto das circunstâncias da história obrigou todos os protagonistas a variações e matizes, bem como a realinhamentos e desgarramentos, evoluções diferenciadas de pensadores e políticos. Enquanto não chegava o tempo, que só virá na década de 1960, do confronto entre o liberalismo extremado e o nacionalismo radical, as opções ideológicas foram menos importantes na prática do Estado do que no discurso que aliciava adesões dos movimentos políticos e sociais.

Celso Furtado tornou-se, quase logo após seu ingresso na CEPAL, uma referência dos nacionalistas no pensamento econômico, mas isso não o impediu, no início de sua carreira, de transitar com facilidade entre os diversos grupos em que se dividia o pensamento econômico no país. Segundo ele relata em suas memórias, a indicação que o levou à CEPAL saiu do gabinete de Octavio Gouvêa de Bulhões (1906-1990), que formava com Eugênio Gudim a dupla de patriarcas do liberalismo então dominante. Como membro da CEPAL até 1957, Furtado ajudou a criar as idéias da nova tendência nacionalista, participando também de várias atividades no Brasil como representante daquela instituição. Entre essas atividades, participou, a convite de Roberto Campos, do grupo misto BNDE-CEPAL, que, por sua vez, veio a ter forte influência no Plano de Metas do governo Kubitschek.

Furtado não participou formalmente do ISEB, ao contrário de Campos, cujo nome consta da nominata dos fundadores do instituto, embora em caráter formal mais do que efetivo. Mas, a convite de Jaguaribe, Furtado desenvolveu em 1953 um ensaio sob o título "Interpretação histórico-analítica do desenvolvimento econômico", cujas idéias entraram em sintonia com as do ISEB. Seu ponto de partida nesse ensaio era o de que "estávamos lidando com um amplo processo de mudança cultural", com a "força criadora das civilizações" (...) "se há mudanças é porque existe a possibilidade de escolha, o que pressupõe uma margem na disponibilidade de recursos, um *excedente* com

respeito ao estritamente necessário à sobrevivência da coletividade”.<sup>21</sup> Furtado recupera essa referência à cultura em suas memórias, quando se reconhece herdeiro de uma influência kantiana, em razão de sua formação jurídica, e que, considera, só viria a ser “temperada na medida em que começasse a beber mais a fundo em fontes historicistas”.

Os cruzamentos entre os caminhos de Furtado e de Campos estão claramente descritos nos livros de memórias que publicaram quase ao fim de suas vidas, *Fantasia organizada* e *Lanterna na popa*, respectivamente. Na passagem dos anos 1940 para os 1950, Roberto Campos era um jovem diplomata de carreira que estudara economia nos Estados Unidos. Nas universidades norte-americanas formara, junto com a crença no planejamento suscitada pelas experiências do *New Deal*, também a convicção da necessidade da modernização do Brasil. Diz Celso Furtado: “Quando o conheci, (Campos) era um homem essencialmente preocupado com a modernização do país. Os anos que passara nos Estados Unidos haviam deixado forte impacto em sua visão do mundo. Tinha consciência do atraso do Brasil”.<sup>22</sup>

Roberto Campos, com quem Furtado declara haver tido uma colaboração harmoniosa, era um dos jovens da diplomacia brasileira que acreditavam na CEPAL, recém-formada. “Seu interesse pelo planejamento decorria de uma preocupação quase obsessiva em reduzir o campo da ‘irracionalidade’ na política.” Ele “confiava no poder da razão e desconfiava do caráter das pessoas. O nacionalismo lhe parecia uma força negativa, mas pelas paixões que despertava”. O depoimento de Furtado sobre a participação de Campos na Comissão Mista é conclusivo sobre seu colega daqueles primeiros anos: “do lado brasileiro, a pessoa mais influente na constituição da Comissão Mista e seu co-presidente foi Roberto de Oliveira Campos; expôs-nos o projeto de criação do Banco de Desenvolvimento e convidou-me para integrar a equipe. As experiências da Nacional Financeira, no México, e da Corporación de Fomento de la Producción, no Chile, haviam demonstrado que um banco de desenvolvimento é o mais importante instrumento de política de industrialização em países subdesenvolvidos”.<sup>23</sup>

Esses primeiros anos 1950, em que os jovens Celso Furtado e Roberto Campos ensaiavam seus primeiros passos como líderes de idéias que viriam depois a ocupar posições separadas e adversas, eram também, para os mais velhos,

21. FURTADO, op. cit., p. 178.

22. Ibidem, p. 155.

23. Ibidem, p. 154.

anos de continuação de debates mais antigos. A partir de 1950, relata Furtado, abriu-se “uma ofensiva no plano acadêmico contra as idéias da CEPAL”, por iniciativa de Gudin, que teria ficado chocado quando tomou conhecimento das idéias de Raúl Prebisch. “Disse-me: ‘Aonde vai Prebisch? Que significa isso de pregar a autarquia econômica?’” Segundo Furtado, Gudin considerava o nacionalismo “manifestação de burrice coletiva”. Suas concepções econômicas se apoiavam no determinismo de Buckle: “Não há como negar que o desenvolvimento econômico é principalmente função do clima, dos recursos da natureza e do relevo do solo”. Gudin considerava que a civilização ocidental se desenvolvera unicamente fora da zona tropical. Por isso não se surpreendia com o considerável atraso do Brasil dentro da América Latina, nem com o avanço da Argentina, que tinha melhor clima e melhores solos.<sup>24</sup>

### **Ideologia e pragmatismo: Rômulo de Almeida**

Deve servir de exemplo das usuais – e talvez inevitáveis – incoerências internas dos governos o fato de Getúlio Vargas ter tido a colaboração de Campos na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, no mesmo momento em que Rômulo de Almeida (1914-1988), representante de um nacionalismo econômico ao qual Campos se opunha, dirigia a assessoria do presidente. Da assessoria presidencial faziam parte, além de Rômulo de Almeida, os economistas Jesus Soares Pereira (1910-1974), Inácio Rangel, Tomás Pompeu Acióli Borges e Cleanto de Paiva Leite, todos nacionalistas, funcionários do Departamento de Administração Pública (DASP).<sup>25</sup>

Nessa incoerência governamental temos sinal de um profundo paradoxo da história. Como observa Campos, o nacionalismo do governo vinha menos da influência dos assessores, dirigidos por Rômulo de Almeida, do que do próprio presidente, apegado ao êxito da cooperação da época da guerra entre o Brasil e os Estados Unidos. Em Getúlio Vargas, paradoxalmente, o nacionalismo se beneficiara da política rooseveltiana da “boa vizinhança”, que estimulou, do lado brasileiro, um interesse maior nos empréstimos de governo a governo para investimentos estatais em infra-estrutura do que em investimentos diretos de empresas. Essa disposição de cooperação sofreria, porém, substanciais mudanças em inícios dos anos 1950, passando os americanos a se

24. *Ibidem*, p. 138, 157 e 160.

25. Cf. D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

interessar mais pelos investimentos de empresas do que pelos empréstimos de governo a governo.<sup>26</sup> E assim antigos companheiros de trajetória começariam a se separar.

Em 1951, Getúlio Vargas fez um famoso discurso contra a remessa de lucros para o exterior, que, além da grita política que suscitou dentro do país, indicava uma disposição de Estado que, segundo Roberto Campos, criaria dificuldades para o ingresso de capitais. É também desses anos o grande debate sobre a questão do petróleo, a partir de um projeto do governo esboçado por Rômulo de Almeida. Embora permitindo em sua formulação inicial uma abertura para a participação de capitais privados, o projeto governamental suscitou um grande debate nacional e a oportunidade de um forte impulso nacionalista. Diz Celso Furtado que, nos começos de 1953, “o debate ideológico desdobrara de todos os lados”; o Partido Comunista “deslizara para um extremo radicalismo, que extravasava verbalmente na campanha popular de ‘O Petróleo é Nosso’”.<sup>27</sup>

Roberto Campos saiu do BNDE em 1953, divergindo de determinação de Vargas que colocara na presidência do banco um político considerado incompetente entre os economistas. “Rompido no BNDE com Getúlio Vargas, e transferido pelo Itamaraty para Los Angeles em fins de 1953 (só voltado ao Brasil em março de 1955), tive lazer para meditação. Distanciei-me cada vez mais do estruturalismo da CEPAL, aproximando-me do liberalismo de Gudin e Bulhões.”<sup>28</sup>

A essa altura, porém, os aspectos políticos tomavam um movimento autônomo mesmo quando se tratava de questões econômicas. Na marcha dos acontecimentos, o projeto da Petrobrás foi alterado no Congresso por iniciativa do partido da oposição a Vargas, a União Democrática Nacional (UDN), conduzindo ao monopólio estatal e fechando a participação aos capitais estrangeiros. Os paradoxos se acumulavam no país, que caminhava rapidamente para a crise de 1954, da qual resultaria o suicídio de Vargas e uma sucessão de golpes e contra-golpes.

### **JK, um rico herdeiro**

Juscelino Kubitschek firmou-se na história brasileira como a figura rara de um líder que cumpriu grande parte de suas promessas. Passados mais de cin-

26. CAMPOS, op. cit., p. 174 e seguintes.

27. FURTADO, op. cit., p. 162.

28. CAMPOS, op. cit., p. 167.



*Juscelino no Fusca: com a implantação da indústria automobilística, o governo abriu espaços para o capital privado.*

qüenta anos de sua passagem pela presidência, sua promessa de “cinquenta anos em cinco” ficou como algo mais do que um *slogan* de campanha. Mas é difícil compreender a dimensão de seu êxito sem as bases econômicas e políticas criadas por Vargas, das quais foi um rico e talentoso herdeiro. Seguindo as linhas gerais da política de industrialização iniciada por Getúlio Vargas, seus planos de governo abriram o caminho para a construção do país urbano e industrial que somos hoje. A construção de Brasília tornou-se a sua obra mais conhecida; não, porém, a mais importante. Sua realização mais forte foi a implantação da indústria automobilística, pelo famoso Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), por meio de uma linha de ação pela qual o governo abria espaços para o capital privado. No período Kubitschek, como já se disse, o Brasil começou a adquirir o perfil de um país industrial moderno.

Também no plano das idéias, o maior talento de Kubitschek foi dar continuidade ao que herdara, mesmo que fosse a continuidade das contradições e

dos paradoxos. Como Vargas, ele pretendia um crescimento econômico orientado para a ampliação do mercado interno. Queria também um crescimento a partir de investimentos que estimulassem, tanto quanto possível, o capital nacional, público ou privado, e o crescimento do emprego e da renda, bem como a diminuição das desigualdades sociais. O desenvolvimento, portanto, era pensado em termos de uma lógica de crescente autonomia nacional e democratização social.

Essa lógica do desenvolvimento nacional, à qual Kubitschek acrescentou a preocupação, maior do que a de Vargas, de atrair capitais estrangeiros, funcionou numa escala difícil de conceber nas circunstâncias de hoje, cinquenta anos depois. Durante seu governo a economia cresceu, o salário real aumentou, o nível de emprego subiu. O que significa que a “questão nacional”, tratada pelo ISEB e que adquiria ressonâncias maiores pela influência da CEPAL, e a “questão social”, impulsionada pelas esquerdas e pelos sindicatos, permaneceram equacionadas nos termos da “questão do desenvolvimento”. A lógica que conjugava essas “questões” deixou de funcionar, porém, em 1961, quando a economia entrou em depressão.

Nada mais adequado do que designar os anos de Kubitschek como a época do “desenvolvimentismo”. Criada e difundida pelos intelectuais, especialmente no ISEB, a expressão era nova. Pretendia descrever o esforço do país para acelerar a modernização, bem como consolidar a afirmação do nacionalismo como uma linguagem cultural e política. Foi também um momento histórico de valorização da democracia, no qual o presidente caracterizou-se pelo sentimento da conciliação e da tolerância. A exemplo de seu governo em Minas Gerais, que se orientava pelo binômio “desenvolvimento e energia”, Juscelino Kubitschek gostava de organizar seu discurso político em binômios. Assim, é bem provável que descrevesse seu governo no plano federal com os termos “desenvolvimento e democracia”. A história de seu brilhante período na história não terminou, porém, como ele gostaria.

Assim como ninguém poderia prever o êxito de Juscelino Kubitschek quando chegou ao governo, ninguém poderia prever que o Brasil voltaria a um cenário de crises institucionais quando ele saísse. Kubitschek deixou o governo em 1960; já em meados de 1961 o país chegaria ao limiar da guerra civil. A resistência de setores conservadores a aceitar a posse do vice-presidente João Goulart, depois da renúncia de Jânio Quadros, foi o início de turbulências institucionais que levariam ao golpe militar que derrubou Goulart

em 1964. Vitorioso o golpe, Kubitschek foi um dos primeiros de uma lista de dirigentes políticos que tiveram seus direitos políticos cassados, e da qual faziam parte ainda os ex-presidentes Jânio Quadros e João Goulart.

Depois da derrubada dos ex-presidentes, dos líderes da esquerda e, em geral, dos herdeiros de Vargas, o golpe militar atingiria também seus criadores civis, como, em 1966, o ex-governador Carlos Lacerda (1914-1977). Pensado como provisório, apenas para “arrumar a casa”, o golpe militar pôs abaixo toda a elite política civil da época de Vargas, consolidando-se numa ditadura que durou vinte anos.